

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 9 | Nº 27 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.6339721>



REFLEXÕES IMAGÉTICAS: ENTRE MODELO EDUCACIONAL E PRÁTICAS ANTIRRACISTAS

Marcos Borges dos Santos Júnior¹

Marco Aurélio da Conceição Correa²

Resumo

O presente texto tem como objetivo trazer um debate teórico acerca do modelo educacional, assim como das estéticas e identidades afim de projetar praticas pedagógicas antirracistas. Reconhecendo que historicamente a sociedade brasileira vive um *ethos* calcado no poder de controlar e punir, encontramos no conceito do panóptico foucaultiano alguns desdobramentos nos cotidianos escolares. No decorrer deste ensaio debateremos três principais tópicos, que se dedicarão a entender as complexidades do modelo escolar brasileiro e suas relações com o sistema panóptico sob a égide da suposta democracia racial; elencando os movimentos estéticos e identitários que promovem fluxos de reflexão e conscientização sobre a situação de negras e negros no Brasil, para pôr fim tecer possibilidades pedagógicas relacionadas as produções imagéticas que tentam desequilibrar o paradigma panóptico da educação brasileira. Com isso apresentaremos algumas provocações pedagógicas através de materiais imagéticos que possam impulsionar corpos e mentes nos cotidianos de escolas à mudança.

Palavras chave: arte negra, identidade, luta antirracista, modelo escolar.

Abstract

This text aims to bring a theoretical debate about the educational model, as well as aesthetics and identities in order to design anti-racist pedagogical practices. Recognizing that historically Brazilian society has lived an ethos based on the power to control and punish, we find in the concept of the Foucauldian panopticon some developments in school daily life. In the course of this essay we will discuss three main topics, which will be dedicated to understanding the complexities of the Brazilian school model and its relations with the panoptic system under the aegis of the supposed racial democracy; listing the aesthetic and identity movements that promote flows of reflection and awareness about the situation of black women and men in Brazil, in order to put an end to weaving pedagogical possibilities related to imagery productions that try to unbalance the panoptic paradigm of Brazilian education. Taking for granted this discussion we will present some pedagogical provocations through imagery materials that can drive bodies and minds in the daily lives of schools to change.

Keywords: anti-racist struggle, black art, identity, school model.

INTRODUÇÃO

O presente texto tem como objetivo trazer um debate teórico acerca do modelo educacional, assim como das estéticas e identidades afim de projetar praticas pedagógicas antirracistas. Reconhecendo que historicamente a sociedade brasileira vive um *ethos* calcado no poder de controlar e punir, encontramos no conceito do panóptico foucaultiano alguns desdobramentos nos cotidianos

¹ Graduando em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: cunhajp2013@gmail.com

² Pedagogo e mestrando em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: marcao_cp2@hotmail.com



escolares. Tal capacidade de vigilância está presente desde as estruturas físicas das instituições escolares, até nos currículos oficiais, onde desvios à norma padrão é registrado e desestimulado, sobretudo em tempos reacionários e conservadores. Dado este paradigma, encontramos possibilidades pedagógicas em diferentes produções imagéticas, sendo elas, fotografias, pinturas, criações audiovisuais que atuam na aplicabilidade da Lei 10.639/2003. Recheiar os cotidianos escolares e os currículos com imagens positivas de pessoas negras proporcionam uma transgressão do *ethos* hegemônico a fim de contribuir à luta antirracista, pois tais representações imagéticas põem em xeque as certezas da nada harmoniosa democracia racial.

No decorrer deste ensaio debatemos três principais tópicos, que se dedicarão a entender as complexidades do modelo escolar brasileiro e suas relações com o sistema panóptico sob a égide da suposta democracia racial; elencando os movimentos estéticos e identitários que promovem fluxos de reflexão e conscientização sobre a situação de negras e negros no Brasil, para pôr fim tecer possibilidades pedagógicas relacionadas as produções imagéticas que tentam desequilibrar o paradigma panóptico da educação brasileira.

Apesar do panóptico ser um sistema estruturado historicamente podemos encontrar em linhas de fugas pedagógicas possibilidades de desconstrução desse sistema. Começando com reflexões subjetivas sobre as estéticas que permeiam nossos cotidianos e as relações de identidades que tecemos entre si e com o material e imaterial de nossa vida. A partir de reflexões pontuais sobre estas estruturas arcaicas e colonialistas podemos calcar uma teoria que irá convergir uma prática libertadora.

Com a pensadora estadunidense Bell Hooks (2013) nos diz, vemos muito como a teoria e prática precisam estar andando de mãos dadas para que possamos enfim produzir uma ação libertadora em sociedades historicamente marcadas por desigualdades. Enquanto estivermos aprisionados por teorias ultrapassadas ou ao hábito de práticas engessadas não conseguiremos de fato transformar a realidade e propor uma equidade em nossos cotidianos escolares. Com isso apresentamos algumas provocações pedagógicas através de materiais imagéticos que possam impulsionar corpos e mentes nos cotidianos de escolas à mudança.

MODELO ESCOLAR BRASILEIRO E AS RELAÇÕES COM O SISTEMA PANÓPTICO

O panóptico é um conceito fundamental para a teoria foucaultiana e que reflete constantemente em nossos cotidianos. O autor define o panóptico como “um local privilegiado para tornar possível a experiência com homens, e para analisar com toda certeza as transformações que se pode obter neles” (FOUCAULT, 2014, p. 198). Tal conceito, a princípio simples, porém após uma reflexão mais apurada



configura-se no enquadramento das sociedades ocidentais contemporâneas, sobretudo a países relegados as desigualdades como o Brasil.

Podemos afirmar que a base do sistema panóptico é generalizável na tríade do local (espaço, território e localização). No conceito de panóptico o que diz respeito ao “local” restringe-se em um

[...] espaço fechado, recortado, vigiado em todos os seus pontos, onde os indivíduos estão inseridos num lugar fixo, onde os menores movimentos são controlados, onde todos os acontecimentos são registrados, onde um trabalho ininterrupto de escrita liga o centro e a periferia, onde cada indivíduo é constantemente localizado, examinado e distribuído entre os vivos, os doentes e os mortos [...] (FOUCAULT, 2014, p. 192).

Existem diversos locais que possui essas características elencadas por Foucault (2014), mas podemos utilizar como exemplo bem simples, o shopping center para compreendermos melhor suas dimensões contemporâneas. As câmeras do shopping têm um aparato disciplinador que se enquadra no *ethos* e nos paradigmas dos “seres humanos”. Este “humano” por sua vez, reproduz o olhar um mesmo panóptico para degradar seus semelhantes.

O ato de registrar tem papel interessante a desempenhar acerca do panóptico, conceituamos o registro como fonte de informações sobre determinadas ações e características de um sujeito e/ou objeto no qual é observado e armazenado por aparatos tecnológicos a disposição de instituições sociais. O registro cria conceitos, os classifica os taxa de acordo com as demandas de um contexto. Como no exemplo do shopping, onde se encontra o olhar de um consumidor quando caminha por ele? O que o consumidor está consumindo? Quais espaços ele frequenta? Como se comporta? Qual acesso temos a esses dados? A partir das repetições, quais são os padrões a serem seguidos? Através dos registros, sendo estes realizados por câmeras, pelo acesso à internet do shopping³, ou até mesmo entrevistas, podemos ter algumas respostas a tais questões. São os registros gerados por nossas ações em um espaço monitorado que são criados padrões de registros agradáveis, aqueles de clientes que apresentam lucros e benesses a uma instituição, ou então registros prejudiciais daqueles que apresentam uma ameaça ao sistema.

Se o panóptico, é “aplicável a todos os estabelecimentos onde, nos limites de um espaço que não é muito extenso, é preciso manter sob vigilância um certo número de pessoas.” (BENTHAM, p. 40 *apud* FOUCAULT, 2014, p. 199), podemos presumir uma forte influência deste em toda nossa sociedade. O modelo panóptico, incorporado aos modelos *educacionais/sociais* adotados pela sociedade brasileira, e em outros países afetados pelas desigualdades, nos faz observar uma importação de modelos de controle e registro, sobretudo nos aparelhos tecnológicos, que reproduzem um modelo de repressão ocidental e

³ A uma crescente onda de adoção da internet gratuita nos shoppings, entretanto, para poder acessar a referida internet o consumidor deverá cadastrar-se com dados pessoais e/ou responder questionários.



eurocêntrico que tem a garantia de sua eficácia exatamente pela experiência da dominação de corpos dissidentes na experiência colonial.

O modelo escolar instituído no Brasil foi o mesmo seguido em muitas escolas da Europa: um espaço estruturado para suportar o “aglomerado” de discentes no ambiente, a rigidez, hierarquização e punição sólida a serem exercidos, os conteúdos eurocêntricos como fonte absoluta da verdade, o livro didático como único mecanismo de *ensinoaprendizagem/aprendizagemensino*, à docência como detentores do conhecimento e discentes apresentados como vazios de saberes. Enfim, um modelo educacional que propunha esculpir uma identidade nacional brasileira, mas com intenções de transformar o Brasil numa nova Europa! (SANTOS JÚNIOR, 2018, p. 7).

Tais intenções se tornam improváveis considerarmos um dos mecanismos de *ensinoaprendizagem/aprendizagemensino* mais tradicionais no Brasil, a oralidade. Desde o período da colonização europeia até o presente há reminiscências de uma tradição oral (advindas das culturas indígenas e africanas) que se permeia por nossa sociedade brasileira fazendo com que certos processos educativos sejam cotidianos e não exijam necessariamente um espaço litúrgico simbólico. Ou seja, nas músicas, nas dialogicidades, no dia a dia surgem *ensinoaprendizagem/aprendizagemensino* caracterizados pelas relações entre sujeitos, intermediadas por objetos (materiais ou não) sem exigência completa de instituições (o espaço oficializado).

O modelo escolar hegemônico neste caso entra na contramão da tradição oral, pois os conhecimentos e saberes que se partilham cotidianamente pelas populações negras são indeferidos pelas instituições de ensino⁴ oficiais com sua validação da linguagem escrita e o livro didático como saber absoluto e único. Não à toa existe uma defasagem elevada na escolaridade da população negra em comparação à população branca. Pois ao mesmo tempo que conhecimentos tradicionais são vistos como menos importantes aos currículos oficiais, as pessoas negras sofrem com desigualdades históricas que dificultam sua permanência na instituição escola.

De acordo com a rede de ensino pública brasileira estabelecido pela LDB 9.394/1996 são oferecidos 12 anos de ensino para a formação da educação básica, divididos em 9 anos ao ensino fundamental (do 1º ao 9º ano) e 3 anos ao ensino médio (1º ao 3º ano); 12 anos de relações sociais com outros “humanos” em determinado espaço. Tal espaço que nos referimos como instituição de ensino é regimentado por um conglomerado adultos que gerem o cotidiano de crianças e adolescentes. Recorreremos ao Colégio no qual um dos autores estudou uma boa parte de sua vida para analisar melhor.

⁴ Ao longo do texto, instituição/instituições de ensino atuaram como sinônimos de escolas e colégios.



Figura 1 – Colégio Municipal Presidente Castello Branco



Fonte: Trabalho de campo.

O Colégio Municipal Presidente Castello Branco localizado no bairro Boagu, na cidade de São Gonçalo/RJ, reproduzido na figura 1, segue o mesmo modelo de sistema panóptico (compreendendo todas as variâncias e degradações de acordo com o contexto) referido por Foucault (2014). Nela temos salas padronizadas, grades inseridas nas janelas, câmeras de vigilância, inspetores analisando os comportamentos e intervindo de acordo com a situação, registro estudantil advindos do corpo docente como medida avaliativa, dentre outros. O caso do Colégio Castello Branco é um dos muitos exemplos que confirmam que a estrutura física e simbólica da escola se assemelha a outras instituições de vigilância e punição.

Uma instituição de ensino é um laboratório experimental, mesmo enfatizando as vicissitudes existentes nas características singulares do sujeito podemos afirmar que uma genealogia se formula nesse ser experimental: o poder disciplinador.

A “disciplina” não pode se identificar com uma instituição nem com um aparelho: ela é um tipo de poder, uma modalidade para exercê-lo, que comporta todo um conjunto de instrumentos, de técnicas, de procedimentos, de níveis de aplicação, de alvos; ela é uma “física” ou uma “anatomia” do poder, uma tecnologia (FOUCAULT, 2014, p. 208).

O poder disciplinador cria as instituições de ensino; cria todo um espaço no qual se objetifica em instruir (ou ensinar para algumas pessoas) um sujeito na sua totalidade: a fala, a forma de andar, de se vestir, nos pensamentos, nas ações, dentre outros. O modelo escolar acarreta na subjetividade de todos os escolarizados.

Implementar uma forma de modelo colonial de controle panóptico nas escolas brasileiras tendo em vista o mito da democracia racial significaria negar todo o histórico de resistência da população



negra. Reproduzindo assim a repressão importada e atualizada dos antigos colonizadores europeus. Ao controlar os estudantes de possíveis insurgências algumas tensões sociais, raciais e históricas do Brasil seriam menosprezadas. Assim, o sistema panóptico forçadamente nos faz acreditar que exista uma harmonia entre as diferenças sociais e raciais brasileiras através da coerção.

O aparato tecnológico panóptico se difundiu no olhar dos discentes reproduzindo, fomentando, recriando, estruturando e preparando para a sociedade e uma vida de conformação. Aqueles que tentar fugir de tal controle são selvagens, incontroláveis e menos inteligentes, ou seja, um conjunto de características historicamente associadas a pessoas negras. Como vemos no mito da democracia racial, com seu propósito de adoração a branquidão, o bom moço é aquele que não se sujeita ao obscuro ou oculto da vida. A razão é iluminada, talvez podemos encontrar resquícios subjetivos nessa ode à branquidão em marcas do espaço, como nas paredes brancas, ou em uniformes impecáveis que tem a característica do “belo, puro e limpo”. Enfatizamos que

fugir das realidades étnicas é um recurso totalmente inútil. Pois enquanto os brasileiros tentam enganar-se a si mesmos com a invenção da “democracia racial”, os povos de outros países manifestam um conhecimento amplo de fatos e ocorrências supostamente não existentes na sociedade brasileira, segundo a teoria oficial em vigor (NASCIMENTO, 2016, p. 96).

Adentrando nas relações do espaço com o meio dispomos do território, entendemos esse como uma sucessão de emoções, vivências, experiências e mudanças acarretadas pelos sujeitos em um determinado espaço. O território, portanto, ganha o sentido de fluxo correlacional da ação entre espaço e indivíduo. O espaço não é um mero “lugar” inanimado, mas sim fluxo de múltiplas influências nos sujeitos. Os atravessamentos entre espaço e indivíduo é conectado pelo conceito de território.

A escola, por exemplo, numa turma do 7º ano do ensino fundamental, no qual comporta estudantes na faixa etária de 14 anos, além da condição de mudança cognitiva/fisiológica/comportamental, estará também construindo relações com o espaço. Esta construção, desde o espaço familiar, vai formulando valores éticos e morais; desenvolvendo a cognição e estrutura física; o saber; dentre outros.

Tal perspectiva torna interessante se refletirmos um dos papéis da escola: a formação da “cidadania”. Permeado pela democracia racial, as atribuições referidas ao território, poderá ocasionar no “calcionamento” do estudante (tanto o negro como o branco), pois tal como habitua no *ethos* e paradigma “brasileiro”, haverá reproduções étnico-raciais nem sempre satisfatórias em uma perspectiva antirracista.



CONFLUENCIAS ENTRE ESTÉTICA, POLÍTICAS E IDENTIDADES

A concepção que formamos sobre identidades são definidas pelos encontros entre as diferenças que compõe o nosso próprio eu. As identidades se constituem dentro dos diferentes encontros que nos formam e nas relações de alteridade de nossa vida em sociedade. Como vimos anteriormente, nas sociedades marcadas por lucidas e estreitas relações de poder no sistema panóptico, essa relação entre as diferenças pode consolidar uma sociedade que hierarquiza diferenças em prol do bem-estar de um grupo específico.

Na realidade a lógica discursiva do individualismo subjaz de forma generalizada à atual forma pública do multiculturalismo. Ela induz uma “tolerância” para com a diferença em termos de características físicas e psicológicas de sujeitos (individualizados e grupais). Tende-se, assim a reificar ou essencializar o cidadão dito “diferente”, escondendo o fato de que toda e qualquer diferença é sempre histórica e produzida numa relação com indivíduos e grupos hegemônicos (SODRÉ, 2015, p. 255).

Nas sociedades de outrora onde o fluxo e a confluência de ideias, estéticas e narrativas se davam de maneira menos dinâmica, as identidades tendiam a ser vistas como mais sólidas e monolíticas. Porém, na pós-modernidade as “velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até visto como um sujeito unificado” (HALL, 2005, p. 7).

Forte motivo para a dinamização destas relações culturais se dá nos avanços obtidos pelos campos sociais que definem as políticas de identidade, como os estudos e os movimentos sociais das teorias de gênero, raça, sexualidade dentre outros. Estes movimentos são cada vez mais dinamizados pelas novas tecnologias digitais e de informação que fazem circular o debate em campos onde a discussão antes não alcançava. Tal dinamismo acontece também principalmente pelas estesias das narrativas criadas através das mídias de comunicação, como podemos perceber com o recente movimento de insurgência das artes afro-brasileiras.

Apesar das atualizações dos sistemas panópticos podíamos levar a crer que as identidades, aquele conjunto de estéticas que nos apresentam e definem para o meio externo e para o outro, se tornariam assim ainda mais difíceis de aprisionar e manipular, o que, felizmente, nem sempre acontece de fato. A hierarquização ainda existe, ela se atualiza a cada nova forma de reinvenção das mídias, tecnologias e teorias sociopolíticas, mas agora existem também outras maneiras contemporâneas a resistir a tais imposições.

No campo das narrativas, como a literatura e o cinema muitos grupos acabam por disseminar ideais que promovam os interesses dos grupos dominantes, como vemos nos *bestsellers*, *blockbusters* e



nas “*mass-midia*”⁵ com maior envergadura financeira que outrora. Estes monopólios narrativos reacionam conflitos de identidades em três movimentos: primeiro ao invisibilizar identidades ao contribuir para o desequilíbrio das relações sociais; segundo criando narrativas apaziguadoras que criam um estado de harmonia e conformidade entre as diferenças para evitar a solução de problemas históricos; e terceiro ao subverter a imagem destas identidades não hegemônicas em os estereótipos diminuindo a sua potência produtiva e contestativa.

O exemplo clássico desta ideia no contexto brasileiro é o mito das três raças que dá o protagonismo ao europeu na fundamentação da sociedade brasileira, apagando a participação não branca (invisibilização), afirmando que as ações coloniais foram formas de criar a civilidade no Brasil fazendo com que indígenas e negros agradecessem aos portugueses por fundar o Brasil (apaziguamento), já que a indolência indígena e a bestialidade africana não poderia compor uma sociedade civilizada (estereotipação).

Através destes três movimentos a grande mídia cria produções e narrativas estéticas que não tem compromisso real com a história.

Com referência ao negro, a mídia, a indústria cultural, constroem identidades virtuais a partir, não só da negação e do recalcamento, mas também de um saber de um senso comum alimentado por uma longa tradição ocidental de preconceitos e rejeições. Da identidade virtual nascem os estereótipos e as folclorizações em torno do indivíduo de pele escura (SODRÉ, 2015, p. 246).

105

Os currículos das escolas brasileiras sofrem com essas fabulações feitas pelo *ethos* e paradigma hegemônico, onde a história dos não-brancos sofre com processo triplo de deslegitimação que retira por quase completo a presença de contribuições epistemológicas de outras fontes étnicas e culturais, fazendo com que os grupos sociais sejam mais uma vez inviabilizados e estereotipados. São movimentos como o presente texto, impulsionados por medidas sociais como a Lei 10.639/2003 que buscam reverter o cenário de racismo curricular.

Na atualidade o advento das repúblicas democráticas age de forma similar ao colonialismo de outrora, já que historicamente para estes grupos inferiores não é possível considerar todas as suas demandas no agir democrático. É preciso pensar no bem comum na supostamente estável democracia racial brasileira.

O que os movimentos identitários propõem é reescrever a história afirmando assim suas próprias produções estéticas, sem querer forçar uma possível identidade essencial e única para a população negra, mas sim evidenciar a sua pluralidade. Achille Mbembe em seu texto “As formas africanas de autoinscrição” (2001), descreve como as ações externas no continente africano tentaram definir a sua

⁵ Pontuamos que o uso das “aspas” se torna importante para explicar, pois a “massa” que o consome não é só receptora, mas também emissora; antes da *mass-media* transmitir informação, ela é avaliativa ao receptor.



“identidade”. Com autor descobrimos que todas as propostas, universais e particulares, falharam em tentar definir essa identidade indefinível, assim complementa, “na verdade, não importa que definição se dê a tal noção: a unidade racial africana sempre foi um mito” (MBEMBE, 2001, p. 192). Se nem a história da África conseguiu ser científica pelas perspectivas escritas ocidentais, seria controverso achar que o ser africano pode ser facilmente definido.

O que buscamos com esta digressão não é definir o indizível, mas sim afirmar que o próprio movimento de autoinscrição é uma contribuição para os estudos políticos das estéticas de origem africana.

Para ser exato, não há nenhuma identidade africana que possa ser designada por um único termo, ou que possa ser nomeada por uma única palavra; ou que possa ser subsumida a uma única categoria. A identidade africana não existe como substância. Ela é constituída, de variantes formas, através de uma série de práticas, notavelmente as práticas do self. Tampouco as formas desta identidade e seus idiomas são sempre idênticos. E tais formas e idiomas são móveis, reversíveis e instáveis. Isto posto, elas não podem ser reduzidas a uma ordem puramente biológica baseada no sangue, na raça ou na geografia. Nem podem se reduzir à tradição, na medida em que o significado desta última está constantemente mudando (MBEMBE, 2001, p. 198-199).

Apesar de o autor tratar exclusivamente do contexto do continente africano, a diáspora de negras e negros sofreu com as mesmas imposições definitivas. Então, a autoinscrição, a autoterminação e a autorepresentação quando estão preocupadas com as diferenças, as pluriversalidades e da comunhão social são formas de contribuir para o acontecimento pleno da democracia e dos direitos humanos.

A autoinscrição é importante quando questionamos o valor da autoria, já que o pertencimento a categoria negra não é única garantia de veracidade ou “lugar de fala” ao se legitimar qualquer argumento. Existem tanto pessoas negras comprometidas como confusas com as raízes coloniais. O ressentimento causado por esse trauma pode criar formas de essencialismos e ideais de pureza que não contribuem para a promoção de fato do combate ao racismo.

Esta corrente de pensamento caracterizou-se por uma tensão estrutural, opondo uma tendência universalizante que afirmava o pertencimento à condição humana (igualdade) à outra, particularista, que enfatizava a diferença e a especificidade, frisando não a originalidade, mas o princípio da repetição (a tradição) e os valores autóctones (MBEMBE, 2001, p. 182)

O devido contestamento não deveria então simplesmente reproduzir táticas de repetições, mas sim se apropriar destas questões tradicionais e diaspóricas, como o caso da luta antimutilamento das mulheres no filme *Mooladé* (2004) do diretor senegalês Ousmane Sembene, para acabar com as dominações e opressões que assolam as sociedades mundiais. É preciso se fortalecer destas experiências históricas, mas não cair no essencialismo, ao buscar uma repetição com diferença como forma de



reverter injustiças históricas. Então assim os movimentos estéticos que buscam subverter o aprisionamento das identidades e a hierarquização das diferenças promovem um senso de pluralidade e de harmonia nas sociedades desiguais do ocidente.

Reafirmar que existem diversas formas positivas de representar as identidades negras é uma forma estética e política de reverter o racismo. Estas inscrições não serão importantes somente para os grupos subjugados, como a população negra, mas sim para a toda a sociedade, pois nas sociedades democráticas, a garantia dos direitos de um é a garantia dos direitos dos outros. Pois as tensões ocasionadas pelos prejuízos ao racismo afetam todos.

As políticas das identidades também pertencem aos não-negros, pois a branquitude também é uma característica étnico racial. Categoria que se relaciona e precisa ser analisada social.

Não existe uma identidade negra originária, construída “naturalmente” a partir da cor da pele (raça) ou da mentalidade (etnia). Tal identidade aparece na história a partir da discriminação cultural operada por indivíduos e grupos de cor clara. Estes, por sua vez, só se reconhecem como “identidade” ou “eurocidental” no contexto relacional com os ditos não-brancos ou não ocidentais (SODRÉ, 2015, p. 255).

A própria suposta pureza da identidade branca não existe, assim como a sua superioridade social é uma consequência de tensões históricas. “Então, a própria identidade branca, ao se relacionar com as diferenças se altera. A pureza defendida pela modernidade é inexistente quando consideramos a pluriversalidade do mundo” (SANTOS JÚNIOR; CORREA, 2018, p. 8). É por isso que afirmamos a importância da pluralidade nas identidades. “Uma identidade que ao mesmo tempo que está ligada a um território em forma de ancestralidade também se mantém em movimento” (SANTOS JÚNIOR; CORREA, 2018, p. 8).

POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS COM DIFERENTES IMAGENS

Reconhecendo assim que é necessário se pensar em uma outra abordagem pedagógica para lidar com as questões dos estudos das relações étnico-raciais nesta seção apresentaremos outras possibilidades para uma educação antirracista.

Para contribuir com propostas de educação antirracista além das proposições hegemônicas para a educação recomendamos aqui quatro artistas negros que podem proporcionar reflexões para diferentes segmentos da educação básica, cada um representando uma expressão artística diferente, sendo elas artes plásticas, fotografia, cinema e pinturas. Decidimos usar estas expressões ao invés da linguagem escrita tradicional dos livros didáticos para reforçarmos a presença de profissionais e artistas negros em

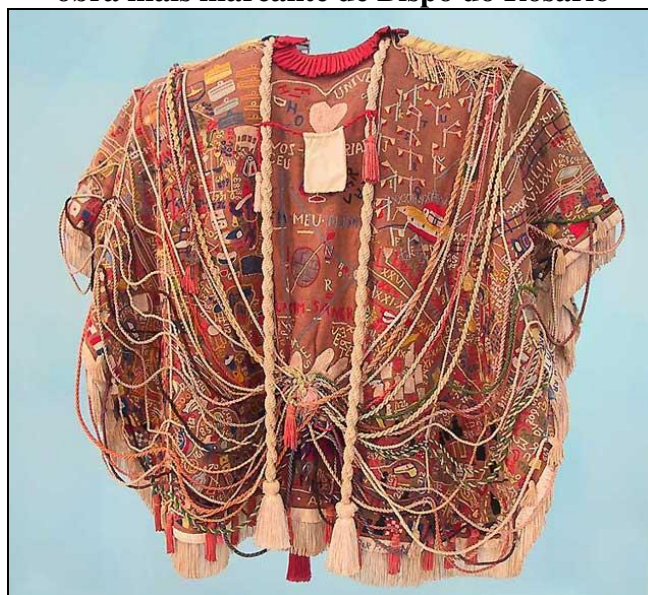


diferentes espectros das artes visuais e também valorizar expressões que lidem com o plástico, o material, o sensível, a oralidade e a visualidade, elementos frequentes nas manifestações culturais populares de origem africana que não recebem a devida importância pela sociedade brasileira. As expressões artísticas afro-brasileiras podem atuar como materiais paradidáticos às escolas e cursos de formação docente, todas as obras dos artistas citados aqui são de fácil acesso na internet para qualquer educador que queira utilizá-las em sala de aula.

O primeiro artista que trazemos é Arthur Bispo do Rosário uma figura de extrema relevância para os estudos sobre os estudos psiquiátricos no Brasil. Bispo do Rosário, sergipano de nascença, veio para o Rio de Janeiro tentar a vida, onde foi integrante da marinha, lutador de boxe e doméstico até ter um colapso esquizofrênico-paranoico em 1938 que causou sua internação no Instituto Psiquiátrico Juliano Moreira. O ambiente psiquiátrico em que Bispo do Rosário fez seu tratamento é resultado do pioneirismo de Juliano Moreira (ODA; DALGALARRONDO, 2000), um dos primeiros médicos psiquiatras a considerar a condição social dos enfermos, inclusive o racismo, como um dos elementos que proporcionava o estado de insanidade no meio urbano. As teorias de Juliano Moreira (ODA; DALGALARRONDO, 2000) foram bem corajosas na época, tanto pelo fato de ser um negro estudado, como ao criticar as teorias eugenistas que tomavam forma no Brasil do início do século XX.

Bispo do Rosário desfilou pela fina linha que separa a loucura da genialidade e dentro do ambiente de tratamento psiquiátrico começou a criar suas obras de artes que alcançaram uma grande popularidade, rendendo algumas exposições e mostras para o artista em vida.

Figura 2 – Manto de apresentação da obra mais marcante de Bispo do Rosário



Fonte: <<https://museubisporosario.com>>.



A grande característica de Bispo do Rosário é o ato de desfiar e reutilizar as linhas de tecidos antigos para criar suas peças de arte, suas obras são marcadas por referências a sua vida cotidiana. Os materiais usados pelo artista foram encontrados em peças descartadas em suas andanças pelo terreno da Colônia Juliano Moreira, ambiente psiquiátrico o qual viveu grande parte de sua vida. As memórias de sua vida na grande presença de elementos relacionados à marinha e também a aspectos da religiosidade popular brasileira com referências às espiritualidades de matrizes africanas.

A tecelagem de Bispo do Rosário é uma grande metáfora de resistência ao controle panóptico típico das instituições de saúde mental e da recriação mesmo dentro do *ethos* hegemônico. Sua trajetória de vida e suas obras são acontecimentos que podem disparar atividades em sala de aula com debates sobre a saúde mental da população negra e também sobre a habilidade artística de reutilizar materiais descartados na sociedade. Recentemente o local onde ficava a Colônia Juliano Moreira se transformou no Quilombo Bispo do Rosário, um espaço onde muitas obras do artista estão abertas à visitação conduzido por uma equipe multidisciplinar que realiza atividades de ressocialização de pacientes psiquiátricos através das artes.

O segundo artista é Januário Garcia, representante da fotografia no nosso grupo de expressões artísticas negras. Garcia é um fotógrafo ativista do movimento negro desde a sua consolidação no final dos anos 1970 que sempre buscou representar a imagem de negras e negros de forma positiva, muito além das lentes do racismo.

O fotógrafo tem uma vasta carreira de freelancer no jornalismo, passando pelos principais jornais cariocas como: Jornal O Globo, Jornal do Brasil, O Dia, A Tribuna, Manchete, Fatos & Fotos e Revista da Unesco. Atuando também na publicidade, trabalhou em diversas campanhas comerciais e institucionais, além de ter fotografado as imagens de capa de artistas de grande calibre como: Tom Jobim, Caetano Veloso, Chico Buarque, Fagner, Belchior, Fafá de Belém, Leci Brandão, Raul Seixas e Edu Lobo. Além destas participações na grande mídia, o fotógrafo tem seus projetos individuais onde ele captura através de sua câmera os cotidianos da população negra brasileira, apresentando elementos marcantes das africanidades presentes neles. O autor ao capturar um simples semblante de uma pessoa negra dá espaço no campo da fotografia a autoria negra e sua representação negra nas imagens, ambos locais de ausência historicamente. Por exemplo o autor possui uma série fotográfica sobre os habitantes, majoritariamente negros, da colônia Juliano Moreira, inclusive fotografando Arthur Bispo do Rosário.

O trabalho de Januário Garcia é uma forma de se levar aos cotidianos escolares a discussão sobre protagonismo negro nos meios midiáticos do jornalismo e da publicidade, onde existe um aforismo que afirma que a ausência do protagonismo negros neste meio se dá por não existirem pessoas negras que consomem este tipo de material. Porém, estas mesmas não consomem e não se sentem representados em



certos tipos de imagens exatamente por não estarem inclusos nas linhas editoriais. Com estes questionamentos podemos pensar um pouco sobre o crescimento de consumidores negros, das economias independentes e colaborativas das pessoas negras e ao crescente grito de indignação pela necessidade de mais representatividade nas grandes mídias.

Figura 3 – A simples potência do olhar



Fonte: Fotografia de Januário Garcia. Disponível em: <<https://projetoafro.com>>.

O terceiro trabalho artístico que trazemos é o cinema com o curta metragem *O dia de Jerusa* (2014) da cineasta baiana Viviane Ferreira. Apesar do enredo do filme tratar do simples encontro entre duas mulheres, uma jovem pesquisadora de opiniões e uma senhora de 77 anos, existe uma grande potência por trás desse roteiro. Só pelo fato da diretora ser uma mulher negra, categoria menos representada na pirâmide racial do cinema brasileiro (CORREA, 2018), já temos uma grande conquista. O filme faz seu posicionamento político sem fazer uso de jargões ou palavras de ordem, mas afirmando sutilmente com encontros comuns dos cotidianos das grandes cidades. Esta é a maior astúcia de Viviane Ferreira, autora também do roteiro, lidar com questões de extrema importância de forma sublime e poética.



Figura 3 - Encontros de afetos de mulheres no *O dia de Jerusa*



Fonte: <<https://youtu.be/0RY3pkRcPiQ>>.

O cinema que luta por outras representações negras no contexto brasileiro cada vez mais se organiza e se insurge nas principais mostras nacionais e internacionais, como foi o caso de *O dia de Jerusa* (2014) que foi exibido no tradicional Cannes, e também ganhando relevância entre a crítica cinematográfica em geral. Cada vez mais e mais jovens começam a disputar a guerra das representações no cinema brasileiro fazendo uso dos movimentos coletivos independentes, do avanço das tecnologias digitais de captação e distribuição audiovisual e do crescimento de um público atento as representações raciais nas telas da sétima arte.

Questionar estas representações no cinema é uma forma de se pensar no *ethos* hegemônico que aprisiona personagens negras em narrativas que não dão o devido respeito e protagonismo a estes. O conjunto de filmes que compõem o cinema negro podem ajudar a questionar as relações sociais inerentes nas obras artísticas brasileiras, um país demograficamente diverso, mas que insiste em um *ethos* específico em suas produções de imagens, narrativas e sons.

O cinema negro dá medo porque ele deixa a mostra a cicatriz racial brasileira, bota o dedo na ferida e promove a cura destas chagas coloniais. Nem todos estão prontos para isso, como vimos no polêmico debate do filme *Vazante* (2017) no Festival de Brasília. O enegrecimento do cinema brasileiro é tenso. É preciso de mais alma no olho, de mais sensibilidade, de mais incentivo e de mais respeito as diferenças. Se apesar de todos os pesares que impedem o acontecimento da produção cinematográfica para muitas pessoas negras já é possível que cada vez mais diretoras e diretores negros conquistem seu espaço, imagine com o devido respeito. O cinema negro é hoje e o levante é agora! (CORREA, 2018).

O quarto e último trabalho são as pinturas do jovem artista Maxwell Alexandre (2018). Cria da Rocinha, Maxwell é um dos artistas de referência dessa nova safra de artistas oriundos das camadas marginalizadas, mas que conseguem na juventude o reconhecimento que merecem por suas artes.

Se a própria trajetória de Maxwell Alexandre já é digna de destaque, a forma em que ele monta suas criações artísticas é ainda mais ousada. Fazendo referências a cultura das favelas e comunidades do Rio de Janeiro, com estudantes uniformizados da rede pública, policiais fardados e referências a marcas



de produtos encontrados no lixo Maxwell cria uma estética inovadora e crítica. O uso de materiais inusitados como papel pardo, piscinas de plástico, antenas parabólicas e outros cacarecos como telas e quadros fazem com que suas obras de sejam ainda mais próximas a uma realidade que não tem tempo nem contato com a pomposidade das galerias de arte.

Figura 4 - Conflitos e insurgências do município do Rio de Janeiro



Fonte: Pintura de Maxwell Alexandre. Disponível em: <<https://revistacontinente.com.br>>.

Não é somente esta irreverência nas referências e nas composições de Maxwell que fazem a sua arte oportuna para se pensar e se inspirar para uma educação antirracista, mas sim a afronta que suas artes e sua trajetória apresentam de forma criativa para o sistema que não reconhece seus semelhantes como possíveis artistas. O diálogo da arte de Maxwell com a contemporaneidade não fica somente nas suas telas, mas também nas suas inspirações que vão desde o futebol despretenso das ruas e das quadrinhas de comunidades, como a novos rappers, como Djonga, Baco Exu do Blues e BK que desafiam com suas letras o racismo institucional e cotidiano ao exaltar a vivência das favelas e quebradas como formas civilizadas de resistir a incivilidade das políticas estatais brasileiras. Com BK, Maxwell estreitou sua parceria ao entrar um processo mútuo de inspiração onde o artista visual assinou a capa de seu recente lançamento *Gigantes* (2018), enquanto as letras do rapper são como se fossem as legendas para grande maioria de suas obras de arte.

A linguagem das imagens nas redes sociais, uma das principais ferramentas de distribuição dos trabalhos de Maxwell Alexandre, ligadas a atualidade do movimento musical do Rap brasileiro, afirmam a estética periférica como importante e podem ser boas formas de lidar com temas sobre periferia, violência urbana e arte nos currículos e cotidianos escolares.

Poderíamos citar muitos outros artistas e expressões aqui neste momento, mas nos dedicamos a estes por acharmos serem os mais pertinentes com as temáticas desenvolvidas neste estudo. As artes



apresentadas podem ser trabalhadas de diversas maneiras e em diversos segmentos da educação, cabendo aos professores a adaptação e a criatividade de referenciar artistas negros como possibilidades de constituir um currículo que não se limite as concepções racistas da sociedade brasileira. Rompendo assim com a coloniedade que ainda nos assola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Produzir concepções acerca de um modelo escolar que confluem nas construções identitárias negras e posteriormente nas múltiplas possibilidades pedagógicas antirracistas, necessita de um amplo debate nas áreas educacionais, sociais e culturais. Fugir de um escopo fechado, isto é, áreas que não transcendem e não dialoguem com outras se torna de suma importância para a promoção de potencialidades do ser negro e de uma sociedade brasileira mais justa.

Conforme nos desdobramos no texto, evocamos as diversas formas representativas da população negra, concernindo uma valorização das epistemologias afrodiaspóricas. Seja através das diferentes linguagens tecnológicas ou estilísticas – artes plásticas, fotografia, cinema e pinturas, dentre outros – potencializa-se as possibilidades da externalização do ser.

Com tal preponderação destas linguagens podemos evocar diferentes artistas negros que constantemente reapresentam múltiplas formas de ser negro. Estas artes, mais do que uma estilística negra, são reafirmações da ancestralidade que são evocadas cotidianamente, subjetiva e concretamente.

Nas áreas educacionais, mais especificamente nas instituições de ensino, é necessário evocar a representação negra, compreendido que ao longo da constituição do Brasil a arte (um empreendimento filosófico eurocêntrico) era vocacionada pela população branca, enquanto a população negra era associada com produções “primitivas” e artesanais. Assim, abordar outras formas de representações imagéticas são um dos caminhos que podem desmorronar subjetivamente o *ethos* panóptico que afeta nossas instituições escolares, sobretudo nos currículos. Afetando mentes e corações de certo estamos influenciando para uma mudança estrutural das escolas que podem se tornar um ambiente acolhedor de diferenças ao invés de uma instituição de controle e poder.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 28/07/2019.

CORREA, Marco Aurélio da Conceição. “Quem tem medo do cinema negro?” **Justificando** [03/09/2018]. Disponível em: <<https://www.justificando.com>>. Acesso em: 28/07/2019.



FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

GOMES, Nilma Lino. “Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos”. **Revista Currículo sem Fronteiras**, vol. 12, n. 1, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MBEMBE, Achille. “As formas africanas de auto-inscrição”. **Estudos afro-asiáticos**, vol.23, n. 1, 2001.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. Juliano Moreira: um psiquiatra negro frente ao racismo científico. **Brazilian Journal of Psychiatry**, vol. 22, n. 4, 2000.

SANTOS JÚNIOR, Marcos Borges dos; CORREA, Marco Aurélio da Conceição. “A ancestralidade oral: epistemologias africanas para uma educação antirracista”. **Revista África e Africanidades**, n. 27, julho, 2018.

SANTOS JÚNIOR, Marcos Borges dos. “Imagem escolar: a população negra e o modelo educacional”. **Anais do V Congresso Nacional de Educação**. Olinda: CONEDU, 2018.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros**: identidade, povo, mídia e cotas no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 9 | Nº 27 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima